

Lays Gonçalves

Miriane Figueira

Reaproprio-me de mim

Curitiba, 2020

Título

Reapropriar-se de si: a valorização da iconografia de mulheres negras em oficinas de capacitação para profissionais da educação básica.

Resumo

Desapropriam-me de mim foi um projeto aprovado pela Funarte em 2016, que teve como questão central a ressignificação da iconografia de mulheres negras, em oposição a representações do período colonial. Parte do projeto foi a organização de seis oficinas de capacitação, que contou com a participação de setenta educadoras/es da educação básica de Curitiba e Região Metropolitana.

Neste trabalho objetivamos sistematizar essas experiências. Para tanto, utilizamos referenciais teóricos acerca do racismo (GLISSANT, 2005; KOUTSOUKOS, 2010; MOURA, 2012; SEGATO, 2005) e teorias que versam sobre a valorização da negritude, assumida como uma prática de reflexão (GIDDENS, 1991) e *afrontamento* (FANON, 2008; GOMES, 2008; RANCIÈRE, 2005; STALLYBRASS, 1993). Citamos, ainda, Barthes (1984) como inspiração acerca da percepção da arte como uma ferramenta de reflexão e formulação acerca do mundo. Por fim, descrevemos a metodologia utilizada nas oficinas, inspirada em Paulo Freire (2011) e em Renato Nogueira dos Santos Junior (2010) e bell hooks (2017), que escrevem sobre uma perspectiva afrocentrada de prática didática.

Concluimos este artigo apresentando as oficinas de capacitação como uma possibilidade de *reapropriação de si*, em que a prática de professoras/es da educação básica pode colaborar para o sentimento de reconhecimento e valorização da negritude.

Palavras-chave: indicar três (3) palavras-chave significativas para indexação do artigo

Negritude; Fotografia; Educação.

Introdução: O projeto *Desapropriam-me de mim*

Desapropriam-me de mim é um projeto de autoria de Miriane Figueira, aprovado pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), através do Edital Bolsa Funarte para Artistas e Produtores Negros de 2014 e implementado em 2016¹. O presente artigo é um trabalho de elaboração de análises acerca das oficinas de capacitação realizadas durante a implementação do projeto, às quais as demais autoras deste texto se somaram como professoras da educação básica e pesquisadoras na área da Sociologia. Objetivamos, com esta reflexão, que outras mãos e vozes se somem e utilizem os materiais produzidos por Miriane Figueira para refletir sobre o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Desapropriam-me de mim, antes mesmo de ser um trabalho visual, foi um trabalho de aprendizagem, ensino e também de *afrentamento*, termo muito utilizado na militância negra, que Frantz Fanon (2008) definiria como despir-se das máscaras brancas e assumir as peles negras. Nilma Lima Gomes, em *Sem Perder a Raiz* (2008), defende uma tensão entre a imagem social construída acerca das/os negras/os e um *afrentamento*, que pensa estes corpos e cabelos como territórios políticos, possíveis e passíveis de ressignificações. É neste contexto que *Desapropriam-me de mim* se propõe a transformar o imaginário do que é ser negro dentro das escolas (GOMES, 2008, p. 143).

O projeto foi organizado em cinco etapas: a) Pesquisa iconográfica e historiográfica para seleção de fotografias de mulheres negras na condição de escravidão; b) Manejo destas imagens e organização de exposição itinerante; c) Oficinas de capacitação com professoras/es da rede pública de ensino de Curitiba e Região Metropolitana; d) Desenvolvimento de site para divulgação do processo criativo, das oficinas e de referências de artistas negros para professoras/es utilizarem em aulas sobre a temática; e) Exposição organizada com obras de Miriane Figueira e com materiais produzidos por professoras/es nas oficinas de capacitação.

No presente artigo nos debruçaremos sobre a etapa do projeto que consistiu na realização de oficinas de capacitação de professoras/es, em consonância com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008², que versam sobre a introdução do ensino de História e

¹ Parte das referências teóricas que constituem este trabalho estão presentes no catálogo do projeto *Desapropriam-me de mim* (2016).

² A Lei nº 11.645/2008 define obrigatoriedade do estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena, alterando novamente a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a qual modificada em 2003 pela Lei nº 10.639.

Cultura africana e indígena na educação básica. Ao todo, foram realizadas seis oficinas em 2016, envolvendo setenta educadoras/es de doze escolas de Curitiba e Região Metropolitana.

O objetivo geral das oficinas foi a capacitação dos profissionais da educação para o ensino de História e Cultura africana nas escolas públicas, por meio da apresentação de proposta de material didático³. Além disto, destacamos como objetivos específicos a reflexão sobre o racismo estrutural e a proposição de ações afirmativas, em que a representação da história da população negra no Brasil ultrapassa os sentimentos de marginalização e invisibilidade decorrentes da escravização e assume caráter positivado, ao trabalhar a valorização da História e Cultura africanas.

A matéria-prima que fundamenta esse projeto surgiu do reencontro com imagens constantes em nosso imaginário, agora sob olhar mais atento e reflexivo, da representação dos negros em situação de escravidão.

A reunião de algumas dessas imagens pode ser vista no livro *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil* (2012), de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Além disso, fundamentamos nosso acervo em buscas *online* de pinturas e, principalmente, de fotografias feitas dessas pessoas no período de escravidão nas Américas, ao longo do século XIX bem como nos registros neocolonialistas do começo do século XX. Nessa época, retratar o corpo de negros e indígenas era atividade comum, cuja finalidade principal era a comercialização e criação de um contexto que representava estes sujeitos como seres exóticos, distantes de humanidade. Estas imagens, muitas vezes, funcionavam como moeda de troca para catálogos produzidos, em sua maioria, por fotógrafos viajantes ou naturalistas de passagem pelas Américas ou pela África neocolonizada.

A formação do pensamento social brasileiro é atravessada por tais representações. As ciências sociais emergem neste período, sobretudo a Antropologia, num contexto científico de cunho evolucionista, que hierarquizava os modelos de sociedade do primitivo ao civilizado. Cada sociedade estaria em um diferente estágio na escala de evolução social, dentro de uma compreensão universalista de “humanidade”, e,

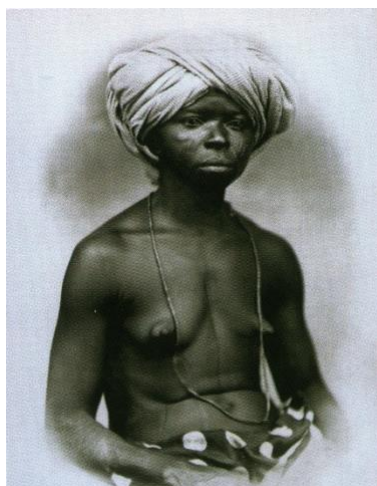
³ O enfoque do conteúdo das oficinas, como já foi apresentado no título e que será debatido ao longo do texto, são iconografias de corpos de mulheres negras. No entanto, tal trabalho tem no horizonte a ideia de que esta metodologia certamente pode ser base para futuros projetos ligados a iconografias indígenas brasileiras de séculos passados e as singularidades implicadas nestes outros corpos. O corpo nu ou com vestimenta, no caso indígena, comporia outras discussões sociológicas de cunho assimilacionista e civilizatório.

portanto, justifica-se o domínio de umas (mais civilizadas) sobre as outras (menos civilizadas). Com isso, somado ao histórico de missões de evangelização, as imagens produzidas estabelecem um alinhamento nítido com o contexto científico colonial da época⁴.

Em *Negros no Estúdio do Fotógrafo* (2010), Sandra Sofia M. Koutsoukos afirma que os escravizados não eram modelos e jamais seriam vistos como um objeto de cena. Ter um negro como escravo era sinal de alto poder aquisitivo e o registro deles era mais uma forma de demonstração deste poder. A utilização de imagens de pessoas escravizadas em catálogos estabeleceu, desta forma, uma relação de anonimato dos sujeitos. Na legenda que os identificavam, as imagens traziam apenas o “tipo” ou origem, dados que os incluíam em nichos, via de regra sendo intitulados apenas como “crioulo”, “mina”, “gabão”, “cambinda”, etc. Especificamente no Brasil, a negação de identidade afro-brasileira funcionava como uma *truçagem sutil*, reforçando a denúncia de Barthes (1984) que nos diz, associando fotografia à morte, em outro contexto: “os outros – o Outro – desapropriam-me de mim mesmo, fazem de mim, com ferocidade, um objeto, mantêm-me à mercê, à disposição, arrumado, em um fichário preparado [...]”.

⁴ Veja mais em: CASTRO, Celso. *Evolucionismo Cultural Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Jorge ZAHAR Editor. Rio de Janeiro, 2005.

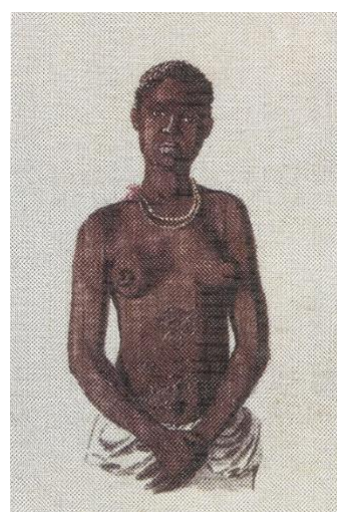
É importante que as imagens, mais que descritas, sejam visibilizadas neste texto:



Autor: Augusto Stahl, 1865. In: Koutsoukos. *S. Negros no Estúdio Fotográfico*, 2010.



Autor: Joseph T. Zealy, 1850. In: Koutsoukos. *S. Negros no Estúdio Fotográfico*, 2010.



Autor: Joseph T. Zealy, 1850. In: Marcondes. *A travessia da Calunga Grande*, 2012.



Autor: Militão, 1878-1879. In: Koutsoukos. *S. Negros no Estúdio Fotográfico*, 2010.



Autor: Carlos Evangelista, 1898. In: Koutsoukos. *S. Negros no Estúdio Fotográfico*, 2010.



Sara Baartman. Autor desconhecido. Imagem da internet

Analisando mais a fundo a ausência de imagens que reforçassem positivamente a identidade do negro na iconografia, percebemos nisso o reflexo de uma inexistência deste sujeito como cidadão dentro da sociedade escravagista. Nesse sentido, fotografia é espelho político, quando não miragem. Esta autoimagem corrompida pela eurocentração permanece em nossa cultura até hoje, principalmente pela reprodução de um contexto no qual *ser negro* é sinônimo de *ser feio, sujo, menor* ou *ruim*. Isso

incorre na sua autonegação, bem como na de sua ancestralidade, fato reforçado pela representação desse sujeito na grande mídia e em boa parte da iconografia.

No caso específico das mulheres negras, a nudez é um mote recorrente desde a diáspora. Edouárd Glissant traz à tona, em *Migrante Nú* (2005, p. 17), a realidade das mulheres que, despidas e desapossadas de sua ancestralidade, língua, costumes, nomes, roupas e identidade, eram transportadas à força a outro continente. Essa nudez estabelece uma relação com o abuso sobre o corpo do outro, uma vez que, não raro, neste período de escravização, as mulheres aparecem retratadas com vestidos abaixados, sendo possível perceber nessas imagens as marcas da violência contra o corpo feminino, negro e escravizado. O embate dessa violência é também perceptível. Como afirma Koutsoukos (2010, p. 131), as mulheres fotografadas “se davam a ver”, pois enfrentavam o fotógrafo através do olhar.

Vale lembrar ainda que, nesta mesma época, algumas destas mulheres serviam também como exemplares humanos com finalidades científicas de “estudos” de gênero e raça ou como ferramenta de entretenimento. O exemplo mais conhecido da comercialização destas mulheres é o caso de Sarah Baartman, popularmente conhecida como “Vênus Negra” que, levada à Europa, foi exposta às cortes em apresentações “teatrais”, onde cumpria o papel de um animal, tendo por vezes o corpo violentado de forma psíquica, física e sexual. Sarah, tida como “livre”, foi comercializada como objeto a ser estudado, pois possuía pernas, seios e ancas fartas, traços estes julgados animalizados pelo povo europeu, em contraposição aos traços finos e esguios. A racialização dos grupos sociais compunha a perspectiva evolucionista dos corpos mais distantes de uma “humanidade”, a qual europeia, e, com isso, se tornaram objetos de estudo e de domínio científico.

Após a morte precoce de Sarah, seu corpo foi perversamente cortado em partes e exposto no Museu Nacional de História Natural, até que, em 2002, Nelson Mandela conseguiu autorização para que seus restos mortais tivessem o devido fim, o mínimo que poderia ser feito diante de tantas violências, e retornassem ao país de origem, a África do Sul.

Para além de refletir sobre esses contextos e a representação de corpos negros por imagens fotográficas, questionamos também as consequências deste processo no imaginário brasileiro sobre a mulher negra. Torna-se pungente, pois, ressignificar tais imagens. Não em busca de um apagamento da história oficial, mas sobretudo para realizar um processo reflexivo (GIDDENS, 1991), em que analisamos esta iconografia

estabelecida e nos apropriamos destas imagens para subverter suas representações. Esse movimento reflexivo constituiu o acervo exposto durante esse projeto e foi realizado durante as oficinas, pois o processo criativo de elaboração das obras deste projeto tornou-se parte do processo criativo das/os professoras/es, que fizeram também a assemblagem das fotografias com elementos de valorização da cultura negra e africana.

Entre tramas e linhas da memória procuramos enfatizar uma poética de reflexão e *afrontamento*, que se coloca na contracorrente em relação ao imaginário criado a partir das imagens selecionadas. Resignificá-las, levando em conta o contexto, é um meio de transitarmos intimamente nas questões de autorrepresentação e identidade, e dar a oportunidade de recontar a história. Assim, quando criamos, discutimos e comunicamos uma nova memória coletiva sobre o fato, estamos também auxiliando na esfera da autoestima, resistência e legitimação do saber afro-brasileiro.

Tecendo essa reconstrução, todas as imagens usadas no presente projeto foram impressas em algodão, em uma relação poética sobre aquilo que nos foi dado, ou àquilo que designaram como força de trabalho a nossos ancestrais, para que construíssem um país. No algodão das *plantations* e latifúndios coloniais, lembramos, se esgarçaram as fibras de tantas/os negras e negros (DAVIS, 2016). Em contraponto, na escolha de tecidos para vestir estas mulheres, optou-se por panos que melhor representam o repertório estético afrocentrado.

A partir disto, ao costurar roupas nestas mulheres, discute-se também o papel da memória coletiva, pois “pensar sobre a roupa, sobre roupas, significa pensar sobre memória, mas também sobre o poder de posse” (STALLYBRASS, 1993, p. 12). Para entender que a roupa também comunica e que neste trabalho o ato de vestir é empoderador, é fundamental vislumbrar que essa ação tira esta mulher fotografada do lugar de objeto e sujeito despido/anônimo no qual foi colocada, e refaz este lugar de dignidade por meio da relação entre imagem, trama dos fios e tecidos, educador/a, educando (a), ou seja, todos (as) que compõem a oficina.

Além disso, o avesso das costuras destas roupas também se faz importante, porque é no ato de vestir e tornar sujeito que o processo de cura-dor se faz presente. As cicatrizes carregadas por todas as mulheres negras brasileiras podem ser revisitadas e percebidas como estes fios, que ao mesmo tempo que tecem a lembrança, tecem o presente e o movimento de resignificação.

Indo além daquilo que vestimos e, por consequência, comunicamos, o primeiro fator para o despertar da negritude na maioria das mulheres é a aceitação com orgulho

de seus traços físicos marcantes. Aqui, o cabelo foi o primeiro a ser liberto. Em *Desapropriam-me de mim*, optamos pelo bordado de tranças e *dreadlocks*, sinônimos de resistência e autoestima desde a diáspora:

É importante ponderar que, para o negro, o estético é indissociável do político. A eficácia política desse debate está não naquilo que ele aparenta ser, mas ao que ele nos remete. A beleza negra nos leva ao enraizamento dos negros no seu grupo social e racial. Ela coloca o negro e a negra no mesmo território do branco e da branca, a saber, o da existência humana. (GOMES, 2008, p. 130).

A inclusão de símbolos de resistência nessas narrativas visuais é um modo de apontar aonde estão as ferramentas para o empoderamento e assim torná-las protagonistas de suas próprias histórias. O simbólico é crucial para reforçar a reapropriação destas mulheres de seus próprios corpos e fazê-las pensar a memória individual e coletiva atuais, em que seu corpo ainda é reificado e hiperssexualizado (DAVIS, 2016).

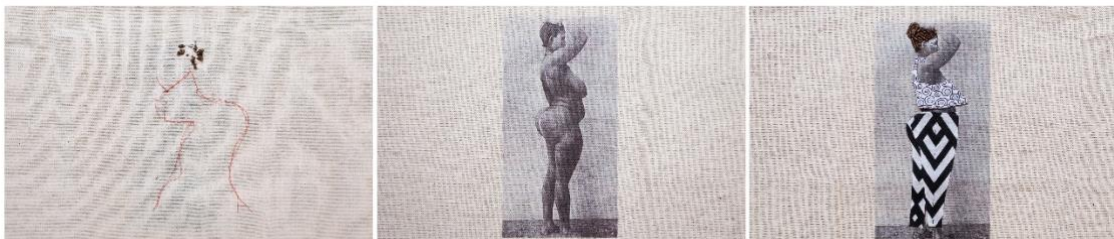
Não podemos pensar a estética afrocentrada dissociada de questões políticas, pois “essas ‘políticas’ seguem sua lógica própria e repropõem seus serviços em épocas e contextos muito diferentes” (RANCIÈRE, 2005, p. 20). Por outro lado, não devemos deixar de reconhecer que o caminho ainda é longo e que o racismo, o auto-ódio e a negação da identidade são partes inconscientes na construção de múltiplas identidades. Acerca disso, em *Raça é Signo*, Segato defende que: “ser negro significa exibir os traços que lembram e remetem à derrota dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização” (SEGATO, 2005, p. 4). Nessa visada, somente a partir da representatividade e apontamentos positivos que conseguiremos construir e exaltar a beleza negra.

Para além da narrativa construída quando vestimos estas mulheres, afirmando o poder destes elementos incluídos, pensamos, acima de tudo, na transformação deste imaginário negativo da diáspora. Segato nos lembra que: “[...] a cor da pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio. A introdução deste signo modificará gradualmente a forma em que olhamos e lemos a paisagem humana nos ambientes que transitamos” (SEGATO, 2005, p. 10). Assim, vestir estas mulheres negras traz ao inconsciente coletivo a sua identidade, pois as roupas “agora vestem seus próprios eus” (STALLYBRASS, 1993, p. 17).

Para questionar a invisibilidade desse grupo e exaltar a beleza negra, em *Desapropriam-me de mim* as personagens recebem um cuidado especial com a

maquiagem, sendo incorporada a elas a versão contemporânea e usual de um elemento de *afrontamento*. Para isso utilizamos batons coloridos, mas também pintinhas brancas que fazem referência a estética negra da diáspora e aos cultos de religião ancestral típicos do continente africano, elemento que vem sendo apropriado muitas vezes em festas de pessoas brancas com o intuito simplificado de “adorno”.

Ao mostrar o processo criativo nas imagens a seguir, destacamos esse movimento positivado, de reapropriação das imagens, em que elas ganharam um nome, roupas e maquiagens. Por meio de outras mãos, no presente, tornaram-se protagonistas de uma nova memória coletiva. Não mais porque representam a riqueza de outrem, mas porque, ao explicitarem a beleza da mulher negra, passam a representar um papel empoderador:



Sarah. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Kesia. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Délia. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Kamilah. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Mara. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Constança. Autora: Miriane Figueira, 2016.

Apesar das políticas pós abolicionistas não superarem a desigualdade racial e não restituírem os grupos que sofreram com a prática da escravização, tivemos nos últimos anos alguns avanços em âmbito nacional. Uma das medidas mais importantes para a construção de uma nova imagem social sobre a negritude no Brasil vem da criação de políticas afirmativas, em especial nas leis 10.639/03 e 11.645/2008, fruto de reivindicações de diversos coletivos e movimentos sociais e que tornam obrigatória a inclusão de ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Porém, para que estas leis sejam aplicadas de forma eficaz nas instituições de ensino, é necessário um corpo de educadoras/es interessadas/os sejam formadas/os adequadamente, de modo que tais ações educativas não ocorram apenas no dia 20 de novembro (dia da Consciência Negra), mas sim durante todo o ano letivo, de maneira qualificada. É importante lembrar que precisamos descolonizar o saber, discutir, problematizar e protagonizar a versão da história contada por referenciais negros. Apontamos como desafio, ainda, incorporar cotidianamente, em todos os conteúdos escolares e nas relações com os (as) educandos (as) a perspectiva antirracista da história e das ciências. Isso perpassa também valorizar os feriados e datas comemorativas que remetem à luta contra o racismo, como o dia 25 de julho, em que é comemorado o Dia da Mulher Latino-americana e Caribenha, o dia 13 de maio, em que foi abolida a

escravatura e o dia 28 de setembro, considerado o Dia do Ventre Livre, além de reforçar a memória da história negra no Brasil com a mesma importância dada às representações e narrativas já existentes.

Precisamos saldar a dívida histórica que, propositalmente esquecida, justifica, ainda hoje, o racismo escancarado na nossa cultura. O papel de quem cura essas dores, ou de *cura-dor*, é responsabilidade dada às instituições e profissionais de ensino; porém o desempenho delas fica aquém das necessidades reais e cotidianas do povo negro. Sabendo desse atraso e notando uma atenção dessas instituições apenas às cicatrizes, de acordo com um modelo eurocêntrico, nosso projeto vem afirmar sua necessidade e importância.

Pontuamos nossa perspectiva didática partindo do lugar onde o saber afro-brasileiro é pensado, ou seja, no atendimento aos princípios da educação afrocentrada, conforme elenca Renato Nogueira dos Santos Junior (2010). Acreditamos ainda que ferramentas como o *Desapropriam-me de mim* podem ser um fio condutor para que a sala de aula se torne um lugar acolhedor e multicultural, como afirma bell hooks (2017), em que, ao invés de se sentir invisibilizados, estudantes negras e negros possam se sentir valorizados e se reconhecer como protagonistas, tanto em seu processo educativo, como na constituição da sociedade brasileira.

As oficinas de capacitação para professoras/es da educação básica

As oficinas de capacitação de professoras/es aconteceram em consonância com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre a implementação do ensino de História e Cultura africana e indígena na educação básica. Ao todo, foram realizadas seis oficinas em 2016, envolvendo setenta educadoras/es de doze escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana.

O objetivo geral das oficinas foi a capacitação dos profissionais da educação para o ensino de História e Cultura africana nas escolas públicas. Além disto, destacamos como objetivos específicos a reflexão sobre o racismo estrutural e a proposição de ações afirmativas, em que a representação da história da população negra no Brasil ultrapassa os sentimentos de marginalização e invisibilização decorrentes da escravização e assume caráter positivado, ao trabalhar a valorização da História e Cultura africanas.

Nos inspiramos, para tanto, na obra *Políticas de Promoção da Igualdade Racial: exercitando a definição de conteúdos e metodologias*, do Centro de Estudos das

Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), publicado em 2005. Nesta obra é notório que o racismo estrutural impacta a educação e que é preciso que novas ontologias e metodologias formem o arcabouço dos profissionais da educação, para que estes possam problematizar este contexto racista e, ao mesmo tempo, assumir uma postura antirracista em suas aulas. Fica evidente, ainda, que este processo não é fácil e exige que propostas formativas e metodológicas sejam desenvolvidas e sirvam como materiais de formação e qualificação para estes profissionais. Acreditamos que as oficinas de capacitação aqui apresentadas, se enquadram, assim, no escopo de recursos didáticos que podem ser acessados por professoras/es da educação básica, a fim de se aprimorarem para uma prática didática antirracista.

A metodologia das oficinas foi qualitativa, baseada na teoria de Paulo Freire (2011), na perspectiva didática afrocentrada, de Renato Nogueira dos Santos Junior (2010), e nas formulações acerca da escola como um espaço multicultural, de bell hooks (2017).

Ao refletirmos sobre as condições historicamente atribuídas à população negra e, em especial às mulheres negras, foi possível utilizar a arte como uma ferramenta de denúncia da estrutura social racista e problematizar a posição que as/es educadoras/es ocupam no ambiente escolar que muitas vezes reproduz tais desigualdades, bem como suas possibilidades de agência. Para tanto, as oficinas começaram com uma conversa, em que as/os profissionais da educação compartilharam suas percepções sobre a questão étnico-racial no país. Após essa reflexão inicial, as/os responsáveis pela oficina introduziram a temática étnico racial de maneira teórica, falando sobre o racismo e a iconografia relacionada às mulheres negras no Brasil, mostrando as figuras originalmente utilizadas para representar mulheres negras na condição de escravizadas. Apresentaram, assim, a proposta da oficina, de ressignificação dessas imagens. As/os educandas/os partiram, então, para o exercício prático de transformarem, elas/es mesmas/os, imagens de mulheres negras. Ao final da atividade os resultados foram compartilhados no grupo e as/os educandas/os compartilharam suas impressões sobre esse processo de tecer nova identidade às imagens, com a mediação da/o educador/a. Acreditamos que o processo de participação das oficinas enquanto educandas/os,

capacitou profissionais da educação básica para que reproduzam esta estrutura metodológica com estudantes, posteriormente.

Cabe ressaltar que a organização das oficinas foi pensada a partir da teoria freiriana (2011), em que partimos do lugar comum para uma reflexão coletiva, com vistas a promover a autonomia, a pesquisa e a valorização das identidades culturais. Objetiva-se, assim, que a pessoa que participa da atividade, a partir de sua experiência e seu contexto no chão da escola, reflita sobre a forma com que percebe a questão apresentada, seja motivada pela inserção de novos elementos teóricos nessa reflexão e aja, tecendo novas considerações sobre a temática e se qualificando, ela mesma, para ensinar. Segundo Freire (2011):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram no corpo um do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço (Freire, 2011, p. 31)

Destacamos, de igual forma, que as oficinas foram baseadas nos princípios da educação afrocentrada. Compreendemos este conceito como:

Dentro do paradigma afrocentrado, localizar diz respeito à demarcação e destaca as referências africanas como centro. Em outros termos, na configuração de africanidades enquanto topologias epistêmicas, isto é, partir de “lugares” africanos. O que se traduz no campo da educação através da ênfase do ponto de vista que situa os povos africanos e a população afrodescendente como agentes e não coadjuvantes. (SANTOS JR, 2010, p. 4)

De acordo com Renato Nogueira dos Santos Junior (2010) os princípios da prática educacional afrocentrada foram sistematizados por Karenga e são: “centralidade da comunidade, respeito à tradição, espiritualidade e envolvimento ético, harmonia com a natureza, natureza social da identidade individual, veneração dos ancestrais e unidade do ser” (KARENGA, 2003 *apud* SANTOS JR, 2010, p.6).

A fim de que essa perspectiva afrocentrada perpassasse toda a elaboração, montagem e organização das oficinas, a *instalação* para a exposição das peças foi transformada em *espaço de aprender* e em *espaço ritual*. Este lugar *cura-dor*⁵ foi composto por seis

⁵ *Cura-dor* é uma metáfora desenvolvida por Miriane Figueira, em que a condução da reflexão e organização da exposição artística, que muitas vezes assume um caráter elitista na arte com a figura de

esteiras nas quais as obras ficaram expostas e apoiadas para manuseio. Com as devidas orientações das/os profissionais que conduziram as oficinas, as/os professoras/es se sentaram em roda e em um primeiro momento compartilham suas percepções sobre a questão étnico racial, depois escutam as/os responsáveis pela oficina apresentarem as obras e expõem elementos teóricos sobre a temática e por fim as/os participantes das oficinas produzem um material artístico que exprime este processo de (re)conhecimento e de elaboração. Consideramos este aspecto relevante para descrever as oficinas pois faz parte da proposta metodológica, em que o aprendizado não fora compreendido como um processo de assimilação hierárquico, mas sim na troca de saberes, em que a condução dos espaços aconteceu através da valorização da oralidade e da circularidade, em que a horizontalidade foi o centro, pois todas/os falaram, ouviram e produziram representações acerca do que apreenderam.

Ademais, as esteiras sobre as quais as obras ficaram expostas e as/os professoras/es se sentaram fizeram parte dessa perspectiva afrocentrada de conhecimento, pois são utilizadas em processos rituais de religiões de matriz afro-brasileiras. Deitar-se na esteira para aprender é o processo de iniciação do candomblé, em que a pessoa iniciada se converte em criança, que está “nascendo” para a religião, pois é neste recolhimento que conhecimentos são transmitidos e a pessoa inicia sua caminhada na religião, de maneira oralizada. Sentar-se na esteira para ouvir histórias de mulheres negras e vê-las representadas de maneira positivada pode ser compreendido, assim, como uma forma de aproximação e quiçá de “iniciação” para os debates acerca da negritude e de uma postura de capacitação para o combate ao racismo, em que o exercício da ressignificação é o principal objetivo do espaço.



Montagem da oficina no C.E. João Wilinski, Curitiba. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Oficina no C.E. Conselheiro Zacarias, Curitiba. Autora: Miriane Figueira, 2016.



Resultado da oficina no C.E. Conselheiro Zacarias, Curitiba. Autora: Miriane Figueira, 2016.

Além disso, a produção de imagens ressignificadas pelas/os professoras/es as/os aproxima dessa perspectiva de apropriação da narrativa iconográfica e de subversão desta, em que todas/os as/os participantes, negros e não negros, podem protagonizar uma mudança de narrativa acerca do passado colonial e da constituição étnico-racial da sociedade brasileira.

Ao nos aproximarmos dessa imagem, por exemplo, podemos identificar que as produções das/os professoras/es envolvidos na oficina remetem a este processo de valorização das mulheres negras. Cabe o destaque, ainda, para a imagem de fundo azul, que ao evidenciar as pessoas negras da foto a/o professor/a apagou a pessoa branca que era o centro da obra inicial, gerando uma inversão simbólica da imagem, em que o branco passa a ser o “fundo” e as figuras negras são trazidas para o primeiro plano e adquirem protagonismo.



Resultado da oficina no C.E. Conselheiro Zacarias, Curitiba. Autora: Miriane Figueira, 2016.

Este é um dos exemplos de elaboração resultantes das oficinas, que mostra a mudança de narrativa sobre o passado colonial e sobre o papel das pessoas negras neste passado. No entanto, houve diversos relatos das/os professoras/es negras/os e não negros sobre a percepção acerca do atual papel social dos negros no Brasil e, em especial das mulheres negras, como demonstra a fala de Maísa Cardoso, uma das professoras que participou da oficina:

Nas primeiras impressões que eu tive as minhas foram as melhores, no sentido de pensar a história, pensar a poesia, pensar o lugar atual da mulher negra, da menina negra, da criança negra, da adolescente negra. Pra mim foi

fantástico. E pra eles, eu tava até comentando, é um pouco de incômodo, mas é um lugar de reflexão, porque o incômodo ele é o lugar da reflexão. Então pra mim incomoda, mexe. E mexe também pro outro, que não é negro. (Maísa Cardoso, professora que participou da oficina, 2016)

Durante a implementação do projeto *Desapropriam-me de mim* diversos profissionais da educação que participaram das oficinas de capacitação levaram a exposição para suas escolas e realizaram oficinas com estudantes. O incômodo oriundo do processo reflexivo, descrito por Maísa, foi percebido neste momento, em que estudantes da educação básica foram os educandos das oficinas.



Oficina no C.E. Helena Viana Sundin, dezembro de 2016



Resultado da oficina no C.E. Helena Viana Sundin, dezembro de 2016

A devolutiva de professoras/es que aplicaram a oficina, após se capacitarem, foi diversa: alguns relataram esse “incômodo” por parte das/os estudantes; outros disseram que estudantes que já se identificavam enquanto negras/os assumiram papel de protagonismo ao longo das oficinas; houve oficinas em que a “descoberta” da negritude

por parte de estudantes foi descrita como um momento catártico. No entanto, os relatos de que o resultado foi positivo, enquanto um momento de aproximação com as/os professoras/es e de (re)conhecimento sobre a temática étnico-racial foram unânimes.

Nos aproximamos, desta forma, da prática docente definida por bell hooks (2017) como uma prática que valoriza a diversidade. Para tanto, a autora afirma que não deve-se assumir uma postura de neutralidade enquanto educador/a, pois isso reforça, na realidade, os padrões e valores hegemônicos, bem como as assimetrias entre as/os estudantes – de raça/etnia, gênero, classe social. Ao contrário, assumindo a pluralidade existente na sala de aula é que esta pode ser convertida em um ambiente acolhedor e participativo, pois gera entusiasmo nas/os estudantes. Esse entusiasmo, segundo a autora, é possível porque, ao tratar das diferenças as/os estudantes se reconhecem enquanto sujeitos do processo educativo, pois se veem nas temáticas das aulas e os debates se aproximam que questões que fazem parte de sua vida e de seu cotidiano. Acolher essas diferenças e inseri-la nas aulas é considerado, portanto, um caminho de educação para a liberdade, que permite a compreensão da realidade vivida, bem como processos de reflexão e ressignificação destas vivências. Para isso bell hooks afirma que uma sala de aula transgressora deve: valorizar e conhecer as/os estudantes; relacionar os conteúdos com a vida das/os estudantes e gerar entusiasmo de maneira coletiva, e não individual. Acreditamos, com base no exposto, que problematizar o passado colonial, tratar do racismo como um problema estrutural na sociedade brasileira, mas, sobretudo, evidenciar de maneira positivada a vivência da negritude, é uma forma de trilhar este caminho de educação para a liberdade.

Destacamos, neste sentido, os resultados encontrados como além do esperado, pois foi possível perceber que o processo de capacitação é efetivo e, além disso, o processo de replicação das oficinas, pelas/os professoras/es, positivo.

Reapropriar-se de si: considerações finais sobre a ressignificação

O racismo estrutura a sociedade brasileira desde sua gênese e as políticas públicas que buscam a superação desta estrutura desigual são recentes e incipientes, como vimos ao longo deste trabalho.

Não pretendemos concluir este artigo de maneira prepotente, nossa contribuição é modesta, visto quão antiga e desigual é esta estrutura. Porém, acreditamos que o projeto *Desapropriam-me de mim*, organizado por Miriane Figueira, é uma ferramenta potente de capacitação de professoras/es da rede pública de ensino no ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira e, portanto, uma forma de subversão desta estrutura racista.

O artigo tem como objetivo apresentar o projeto e, principalmente, as oficinas de capacitação como um recurso didático, passível de ser utilizado por educadoras/es de todo o país. Junto a isso, fazer uma reflexão sob o olhar teórico de tais processos de identificação das iconografias, criação e execução da oficina. Como fruto deste trabalho, é possível acessar os materiais desenvolvidos para a exposição e utilizá-los livremente para realizar oficinas com professoras/es e estudantes, de maneira gratuita.

As peças da exposição estão disponíveis para download e reprodução impressa no site criado pelo projeto: < <http://desapropriammedemim.com.br/>>. Os materiais utilizados para a montagem da instalação são acessíveis e podem ser utilizados por diversos colégios, de maneira itinerante. Além disso, os materiais gráficos necessários para as oficinas podem variar de revistas antigas para recorte e colagem à materiais como purpurina, papel crepom, tecidos, lápis de cor e canetas coloridas, a depender das condições do local em que será reproduzido.

Ousamos, assim, propor este conteúdo como passível de ser utilizado por Secretarias de Educação, Sindicatos e professoras/es como um material de capacitação para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica.

Acreditamos, ainda, que a difusão dessa proposta faz parte da ampliação de conteúdos que contribuem para a capacitação de profissionais da educação e que se somam, portanto, na difusão de etimologias e propostas pedagógicas afrocentradas, que além de problematizarem a estrutura racista brasileira, evidenciam a contribuição das/os negras/es para a formação da sociedade brasileira (SANTOS JR, 2010).

Por fim, reiteramos os resultados oriundos da implementação do projeto *Desapropriam-me de mim*. As oficinas de capacitação, realizadas com professoras/es da educação básica em Curitiba e Região Metropolitana, em 2016, contou com a participação de setenta profissionais, de doze escolas distintas. Os relatos das/os

professoras/es sobre a falta de recursos didáticos a serem utilizados, bem como de materiais formativos, foram notórios, ainda que a condução tenha sido exitosa.

Além disso, a perspectiva afrocentrada deste material foi ressaltada como um aspecto positivo da proposta didática. As/os professoras/es relataram que a abordagem da escravização em sala de aula, muitas vezes reforça estigmas e visões negativas em relação ao passado dos africanos que foram trazidos para o Brasil. Positivar esta memória, ainda que falando da escravização, é um desafio no ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica. Acreditamos que o material aqui exposto também contribui ao ressignificar as representações que organizam o imaginário social acerca da escravização e do papel das/os negros. Esta é também uma forma de tratar da identidade negra, igualmente de maneira ressignificada. A reflexão e a positivação, acreditamos, podem levar a *Reapropriar-se de si*. Este é, portanto, o maior objetivo deste projeto.

Referências

BARTHES, Roland. **A câmara Clara**: Notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRASIL. Presidência da República. Lei N. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Sessão 1.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2008. Sessão 1.

CARNEIRO, Michele Aparecida dos Santos. **O corpo do negro como suporte da estética religiosa de matriz africana no Brasil colonial**. Goiania: UFG, 2009.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CEERT. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação**: Exercitando a definição de conteúdos e metodologias. São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

- FIGUEIRA, Miriane. **Desapropriam-me de mim**: Catálogo. Brasília: Funarte, 2016. Disponível em: < <http://desapropriammedemim.com.br/wp-content/uploads/2016/01/DDM-WEB-2.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem Perder a Raíz**. Corpo e Cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da Diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no Estúdio do Fotógrafo**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande**: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental, 2009.
- SANTOS JR, Renato. **Afrocentricidade e educação**: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Rio de Janeiro: Revista África e Africanidades, 2010.
- SEGATO, Rita Laura. **Raça é Signo**. Brasília: Série Antropologia, 2005.
- STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: Roupas, memória e dor. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2012.